

AQUÍFERO GUARANI: UMA ANÁLISE DO PROJETO INTERNACIONAL PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. André Luis Scantimburgo, Mirian Claudia Lourenção Simonetti - Ciência Política – Ciências Sociais - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A água é um bem público natural e indispensável para todo e qualquer ser vivo, é um direito humano e objeto de conflitos ao longo da história. Este recurso se encontra em vias de escassez e segundo dados da ONU até o ano de 2025 a demanda por água potável será 56% maior que a oferta. Há vários fatores que podem explicar a situação de crise da água no mundo hoje, as quais podem ser divididas em quatro grupos, segundo a especificidade que enfatizam: distribuição desigual de recursos hídricos; todos os fatores relacionados com o desperdício e mau gerenciamento dos recursos disponíveis; contexto cada vez pior de poluição e contaminação; e crescimento populacional, especialmente nos países de terceiro mundo.

A distribuição desigual de água no mundo se torna um dos principais fatores de escassez, onde 60% dos recursos hídricos estão situados em nove países, dentre os quais se incluem o Brasil, e de outro lado 80 países que representam um total de 40 por cento da população mundial sofrem com a escassez de água, sendo a situação mais crítica encontrada em países do Oriente Médio e Norte da África. Aliado a isso se pode citar problemas com relação ao desperdício da água através de sistemas de irrigação agrícola, vazamento de sistemas de distribuição de água potável e utilização de larga escala em indústrias de produtos químicos e metais pesados. Há também o problema relacionado ao crescimento populacional, haja vista que daqui a 20 anos haverá mais de dois bilhões de pessoas na terra. A demanda só tende a aumentar e caso não haja mudanças radicais, o consumo de água continuará com seu alto índice.

Entretanto, cerca de 97% da água doce disponível para uso da humanidade encontra-se no subsolo, na forma de água subterrânea. Menos de 1% disponível provém de fontes renováveis de modo que a maior reserva subterrânea do mundo, denominado Aquífero Guarani, está localizada numa região que engloba o centro sul brasileiro, Uruguai, Paraguai e nordeste Argentino.

As reservas da parte brasileira desse sistema são estimadas em 48000 km³. As águas são de excelente qualidade para consumo doméstico, industrial e irrigação. O extrativismo é dominante e o desperdício é flagrante, exigindo medidas urgentes, nos planos nacional e internacional.

Atualmente há a execução de um projeto Internacional que visa à formulação de um modelo técnico, legal e institucional para a gestão dos recursos do aquífero de forma coordenada pelo conjunto de países envolvidos.

Este projeto, aprovado em 2000 e que já se encontra em fase de execução com financiamento do Banco Mundial e de fontes de países europeus, objetiva como resultado final possibilitar que os quatro países disponham de um modelo de gestão para o Sistema Aquífero Guarani, através de um Programa de Ações Estratégicas, incluindo aspectos técnicos, científicos, institucionais, financeiros e legais para a sua proteção e uso sustentável. Dentre os resultados esperados, há um específico que se relaciona a formulação de um documento técnico do Programa de Ações Estratégicas preparado em comum acordo entre os países, em forma participativa, a ser implementado por cada país através de um marco de gestão coerente e coordenado. Este documento apresentará os avanços obtidos, considerando as bases técnicas e científicas, além de acordos jurídicos que definam os direitos e responsabilidades para a utilização e proteção do aquífero.

O Projeto Internacional segue no intuito de encontrar formas de gerenciamento que atuem de forma preventiva e protetora dentro de uma perspectiva que alie desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, num sentido de que a preservação e gerenciamento dessa reserva só se possibilitam com a entrada de recursos financeiros do Banco Mundial e a ação direta da Organização dos Estados Americanos, dando a noção que os Estados Nacionais não teriam a capacidade de controle sobre a reserva.

Nesse contexto, partimos da teoria de que os atores financeiros buscam o controle sobre recursos naturais básicos que se fazem indispensáveis às vidas individuais e coletivas, e é nesse sentido que a água se torna extremamente atrativa aos olhos do mercado.

O interesse dos atores financeiros como o Banco Mundial nas reservas do Aquífero partem da concepção de que tudo que está fora do controle do mercado não é passível de sustentabilidade, gerenciamento ou preservação. Segundo o economista Elmar Altvater, essas instituições se baseiam num conceito neoliberal utilitarista de que todos os processos que não são regulados pelo mecanismo de mercado são externos e, assim, não podem ser calculados conforme as regras do “órgão central” da sociedade constituída nos termos da economia monetária e de mercado.

Nessa perspectiva, posto que o Projeto financiado pelo Banco Mundial não contém nenhum artigo que leva em conta a função social da água, colocando dessa forma em risco a noção de que esta é um bem público e direito da humanidade, nossa pesquisa buscará delinear através dos acordos estabelecidos até o momento, identificar a que interesses o atual projeto atende, sendo que no contexto econômico vigente, os bens naturais são vistos como estoques, de forma que o mercado da água é cobiçado pela inserção privilegiada que confere aos atores que nele se posicionarem.

Apesar do Projeto Aquífero Guarani estabelecer que para elaboração deste modelo constitucional serão levados, em conta, as características particulares da organização política e institucional dos quatro países; um ajuste complementar coloca que em virtude das leis que sejam pertinentes, cabe a realização de convênios ou trâmites requeridos que sejam necessários para desenvolver o Projeto de maneira satisfatória com os Estados participantes e com os municípios.

Pretende-se dessa forma, analisar até que ponto estes ajustes complementares nos acordos institucionais podem forçar mudanças na legislação no intuito de facilitar o gerenciamento dos recursos do Aquífero Guarani de forma que o controle fique a mercê de grandes multinacionais do setor alimentício e bioquímico que normalmente tem seus interesses representados pelos órgãos multilaterais financeiros que mantém o projeto.

A pesquisa se fundamentará na análise de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) visando os acordos firmados pelo governo brasileiro em relação à terceirização de bens e serviços geridos por políticas públicas, além de dados provenientes do Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente, no que diz respeito às políticas estabelecidas e efetuadas no que tange a recursos hídricos.

Esse Estudo será baseado em pesquisa bibliográfica e fontes científicas encontradas em *sites* e periódicos. Serão coletados documentos provenientes da Agência Nacional das Águas (ANA), contendo a síntese e os documentos básicos do Projeto Internacional para o Aquífero Guarani, estabelecendo-se dessa forma uma abordagem acerca das propostas nele contidas, com o objetivo de uma compreensão de seu formato institucional.

Contudo, apresentamos a hipótese de que, sendo a água um bem natural essencial para a vida humana, além de um recurso em vias de escassez no mundo, é evidente que a situação atual do maior reservatório de água doce do mundo gera inquietação fundamentada devido a uma eventual privatização, possibilidade que se torna cada vez mais real dada à atuação da iniciativa privada em serviços que até então foram geridos por políticas públicas. No contexto econômico atual caracterizado pelo neoliberalismo que prega pela redução do papel do Estado nos âmbitos sócio-econômicos, o mercado, busca a regulamentação de bens e serviços por meio de órgãos multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Partimos da concepção de que a água é um bem público vital e direito da humanidade tendo de ser controlada pela sociedade civil como um todo descartando a concepção utilitarista de gerenciamento que normalmente é empregada por instituições multilaterais como as que financiam o Projeto Aquífero Guarani.

O estudo encontra-se em fase de andamento, motivo que nos impede de estabelecer resultados e conclusões precisas e concretas. Entretanto, o tema exige uma abordagem interdisciplinar, sendo que a relevância desta pesquisa reside na identificação dos vários grupos de interesse e o papel do Estado e da sociedade civil para o uso adequado e sustentável desta estratégica reserva planetária, deste bem vital: a água.

Referências Bibliográficas

- ALTVATER, Elmar. *O preço da Riqueza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONEL, Mauro de Mello. *A Morte Social dos Rios*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- PETRELLA, Ricardo. *Manifesto da água: Argumentos para um contrato mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. *Descaminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 2002.
- REBOUÇAS, A.C., BRAGA, B., TUNDISI J.G. *Águas doces no Brasil – Capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- VEIGA, José Eli. *Do Global ao Local*. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- DUPAS, Gilberto. *América Latina no início do século XXI*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2005.
- YAHN FILHO, A. G. *Conflito e Cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais (de 1996 a 1992)*. São Paulo: Unesp-Unicamp-PUC/SP, tese de mestrado, 2005.